

ADESÃO À AGENDA 2030 PELAS EMPRESAS PRIVADAS: OPORTUNIDADE DE NOVOS NEGÓCIOS EMPRESARIAIS QUE TAMBÉM PROMOVE GANHOS À COLETIVIDADE

Neste artigo, o CEO da FOCO Inteligência de Relacionamento, Fabrício Soares, e a copywriter da empresa, Carolina Brauer, argumentam que a adesão pelas empresas privadas à Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), pode se dar de maneira adaptada, graças à confiança social da qual as corporações gozam e à capacidade da iniciativa privada de inovar.

Essa adesão, argumentam os autores, pode trazer lucros às empresas preparadas para sobreviver no cenário atual, que experimenta questionamentos relacionados ao seu modelo de negócios no âmbito mundial e pressiona as corporações a participarem dos esforços de enfrentamento a problemas globais não passíveis de solução apenas por esforços estatais. Por isso, diretrizes de Gestão de Relacionamento com Comunidades precisam fazer parte das estratégias gerenciais das companhias.

Os autores afirmam ainda que exemplos de como implementar metas da Agenda 2030 estão disponíveis em publicações de instituições supranacionais e na observação da atuação de países com incorporação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em estágio avançado. Até mesmo o Brasil pode fornecer exemplos.

Além disso, os autores propõem que a adoção pelas empresas da Agenda 2030 possibilita o fortalecimento da reputação da marca, criando novas oportunidades de negócios.

Por fim, os autores apresentam informações sobre como se conformaram os processos que levaram à existência da Agenda 2030 e trazem detalhes sobre este que é o maior pacto global já firmado pela humanidade.

CONFIRA:

Em setembro de 2015, os 193 países membros da **Organização das Nações Unidas (ONU)** aderiram à **Agenda 2030**, pactuada por meio de uma política global que tem como objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas. Todas!

Derivam da Agenda 2030 os 17 **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, que se desdobram em 169 metas que devem ser atingidas por diferentes atores sociais, como as empresas privadas. Os ODS devem ser alcançados até o ano de 2030 por meio de uma ação conjunta que agrega diferentes atores sociais nos âmbitos locais, regionais e internacional.

Nessa agenda mundial estão previstas ações para erradicar a pobreza, promover mais acesso à segurança alimentar, saúde e educação, a redução das desigualdades sociais e o uso de energias limpas, entre outros ambiciosos objetivos. Trata-se de um arcabouço de iniciativas comumente relacionadas à responsabilidade estatal para a resolução de problemas que envolvem questões sociais. Mas os tempos são outros.

Apenas Estados-membros, representados pelos seus governos, fazem parte da ONU, uma organização multilateral criada em 1945 para promover a cooperação internacional entre nações. As empresas não integram a ONU, a não ser como parte dos membros financiadores da organização ou pela aderência voluntária ao “Pacto Global”. Por conseguinte, não têm a

obrigação formal de estabelecer compromissos com a implementação da Agenda 2030 em seus negócios.

Pressão sobre as empresas por mais responsabilidade social é crescente

Contudo, diversos fatores fazem com que as empresas devam, sim, incorporar os ODS em suas estratégias gerenciais, se quiserem prosperar nesse novo cenário empresarial mundial.

No contexto atual, as empresas em geral se veem cada vez mais imersas em um ambiente de negócios pautado pelas cobranças, crescentes, para que a atuação corporativa se dê permeada pelos investimentos ambientais, sociais e de governança (ASG ou, segundo a sigla em inglês, ESG).

Paralelo às discussões que culminaram na proposição dos ODS, instituições de âmbito internacional também construíram suas próprias diretrizes socioeconômicas para o enfrentamento de problemas em nível global, de adesão voluntária, que aumentaram o rol de cobranças sobre as empresas. O cumprimento da legislação formal dos países e entes federados já não é mais suficiente para garantir a manutenção da reputação e a longevidade dos empreendimentos privados.

A *Global Reporting Initiative* (GRI), por exemplo, encampou uma série de diretrizes sociais, econômicas e ambientais e, para além disso, instituiu a necessidade dos empreendimentos comprovarem, por meio de evidências, como se dá a gestão de relacionamento com as partes interessadas (*stakeholders*). Essa comprovação é feita por meio de relatórios que apresentam, de forma sistematizada, como se dá a atuação das empresas, sendo determinante na obtenção de linhas de crédito junto a diversos agentes financiadores, como:

1. Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD);
2. Banco Alemão (KfW);
3. Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF);
4. Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
5. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nesse sentido, para sobreviverem a esse ambiente de crescentes demandas por mais responsabilização empresarial e participação no enfrentamento de desafios que, a princípio, estão sob a responsabilidade de governos e restritos à esfera pública, as empresas estão revendo conceitos e princípios para contribuírem ativamente com as ações de enfrentamento de problemas globais.

As pessoas ainda confiam nas empresas para enfrentamento desta nova realidade

A boa notícia é que a iniciativa privada vem aderindo às boas práticas e diretrizes, desenvolvendo o *know-how* empresarial amplo de tecnologias e de processos inovadores de gestão que possibilitam a adesão pelas corporações aos ODS. E, apesar de estarem sendo pressionadas pela sociedade, ainda podem ser consideradas como as instituições que podem fazer a diferença e conquistar assim a confiança social.

O [barômetro de confiança](#) da Edelman, uma das maiores agências de comunicação e de relações públicas do mundo, no ano de 2021 apontou que, das instituições pesquisadas, as empresas são as mais confiáveis globalmente e no Brasil.

No país, as empresas (61%) estão à frente das ONGs (56%), da mídia (48%) e do governo (39%) e são as únicas consideradas confiáveis. O estudo revela também que o “meu empregador” (79%) continua sendo mais confiável do que as quatro instituições.

Tal constatação confere às empresas a legitimidade para incorporar as diretrizes e boas práticas que mais estão relacionadas à natureza de seus negócios e de adaptá-las aos seus objetivos empresariais.

Adesão à Agenda 2030 proporciona lucros exorbitantes

A adoção de práticas sociais e ambientais junto aos objetivos econômicos das empresas possibilita novas oportunidades de negócios, não devendo ser encarada como “custo”, é o que uma pesquisa recentemente mostrou. Na realidade, a aderência das empresas à Agenda 2030 pode proporcionar muito lucro às corporações.

Em 2017, a *Business & Sustainable Development Commission*, *think tank* que promove o financiamento e o mapeamento do progresso do setor financeiro para aplicação dos ODS em empresas, publicou um [estudo](#) em que afirma que seguir as metas previstas pelos ODS tem o potencial de desencadear a inovação, o crescimento econômico e o desenvolvimento das empresas em uma escala sem precedentes, abrindo oportunidades de negócios que podem totalizar US\$ 12 trilhões e gerar até 380 milhões de novos empregos até 2030.

Publicação ensina como aderir aos ODS

Para as que não sabem por onde começar, é possível consultar documentos que instruem as empresas na mudança de paradigmas gerenciais rumo a um capitalismo mais socialmente sustentável.

A *Global Reporting Initiative* (GRI), a *UN Global Compact* e a *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) desenvolveram o **Guia dos ODS para as Empresas** (SDG Compass, em inglês), para orientar o setor privado na adoção dos ODS em suas estratégias corporativas. Vale ressaltar que a GRI estabelece diretrizes socioambientais cujo cumprimento pelas empresas é determinante na obtenção de crédito junto a agentes financiadores diversos.

O **Guia dos ODS para as Empresas**, disponível em português [AQUI](#), traz conteúdos como mapeamentos dos impactos dos ODS ao longo da cadeia de valor e um passo a passo a ser seguido para que os ODS sejam internalizados nas estratégias dos negócios.

Governos também são fonte de inspiração para a aplicação da Agenda 2030

Países que estão avançando no processo de integração dos ODS às suas políticas e estratégias de governo também podem ser considerados como exemplo para o avanço da implementação da Agenda 2030 pelas empresas.

Suécia, Noruega, Finlândia, Japão, Reino Unido, Bélgica e Irlanda são nações que podem apresentar formas de materialização das diretrizes dos ODS na condução dos negócios públicos.

Não somente pela iniciativa de integrar metas dos ODS às suas estratégias governamentais e pela capacidade de influenciar outros atores sociais com seu pioneirismo, esses países também ensinam o caminho das pedras a ser percorrido pelas corporações.

O motivo é que essas nações incorporaram com profundidade diretrizes socioambientais emanadas dos ODS em suas estratégias governamentais e servem de exemplo para outras companhias seguirem pelo mesmo rumo, em busca da confiança e da legitimidade atribuídas ao conceito da “Licença Social”.

Até o Brasil, que não avançou substancialmente nos 17 ODS, pode servir de exemplo: a nação já alcançou a meta 3.1 do ODS 3, de redução da mortalidade materna, graças aos esforços empreendidos para o alcance de objetivos que vigoraram no Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), pacto internacional que antecedeu a Agenda 2030.

As melhorias socioeconômicas brasileiras alcançadas nos últimos 30 anos foram possíveis, também, em virtude da incorporação de metas dos ODM à agenda pública. Além disso, há iniciativas territorializadas ligadas aos ODS que são modelo para o mundo, como as implantadas em estados como Para e Piauí, relativas à diminuição da pobreza, regiões normalmente associadas a baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Para se consolidar, Agenda 2030 foi sendo constituída por várias iniciativas menos conectadas

Para se tornar o maior pacto global já firmado pela humanidade, com o poder de balizar diretrizes de instituições supranacionais fundamentais para a obtenção de crédito pelas empresas e de fazer a diferença na construção de reputações corporativas, a Agenda 2030 precisou se constituir de iniciativas menos conectadas e ambiciosas, que foram evoluindo paulatinamente.

ACOMPANHE O DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUCIONALIDADES QUE CULMINARAM NA AGENDA 2030 E SAIBA MAIS SOBRE ESSE O QUE É O PRINCIPAL PACTO GLOBAL JÁ FIRMADO NO MUNDO:

- **Rio-92: 1ª carta-compromisso planetária**

Em 1992, na Conferência das Nações Unidas ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, que ficou conhecida como a “Rio-92”, foi assinada pelos países-membros da ONU a primeira carta

planetária relativa a questões ambientais. O conceito de desenvolvimento sustentável, naquele período, estava muito associado ao meio ambiente, e não contemplava outras dimensões importantes para a magnitude do termo que só foram incorporadas mais tarde.

- **2012 a 2015 - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM): combate à pobreza**

De 2012 a 2015, houve diversas negociações entre os países-membros da ONU, sociedade civil, governos locais, empresas e academia em espaços de discussão sobre a construção de um plano de ação capaz de guiar a humanidade nos próximos anos, contemplando outras dimensões das precariedades humanas e planetárias.

Essas discussões culminaram na criação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecido em 2015. O conceito de desenvolvimento sustentável, desta vez, estava atrelado à erradicação da pobreza e ao crescimento econômico, em função da conjuntura que pautava agenda pública. Mais uma vez, a abrangência do conceito negligenciou outras dimensões importantes. Contudo, os ODM promoveram esforços sem precedentes para atender às necessidades dos mais pobres do mundo e obtiveram grandes resultados.

O Brasil avançou muito no cumprimento dos objetivos do ODM, alcançando diversas metas antes de 2015, em função dos progressos obtidos nas últimas três décadas. O país participou ativamente das discussões da próxima conferência que renovaria o compromisso público dos países com o desenvolvimento sustentável, a Rio+20, aumentando sua influência global e ampliando suas capacidades institucionais que seriam necessárias, mais tarde, para a adesão à Agenda 2030.

Órgãos estatais como o IBGE e o IPEA foram importantes atores nessas discussões e que, hoje, fornecem subsídios para a implantação de diversas experiências locais e regionais de adesão aos ODS país afora.

- **Agenda 2030: síntese dos esforços antecessores voltados à sustentabilidade**

Em setembro de 2015, as 193 nações integrantes da ONU aderiram à Agenda 2030, um plano global que preencheu as lacunas da Rio+20 e dos ODM e que integrou todas as dimensões que compõem o conceito moderno de desenvolvimento sustentável – ambiental, social e econômico.

O documento, intitulado “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, tem a ambição de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, nesta e nas gerações vindouras, a partir de metas que devem ser alcançadas até o ano de 2030.

A Agenda 2030 foi construída em um processo de negociação mundial. Sua produção foi coletiva e contou com a participação ativa do Brasil em suas discussões e definições. Sete milhões de pessoas participaram da elaboração da Agenda, cujo processo de construção dialógica culminou no formato aprovado em 2015 que começou três anos antes, em 2012!

A iniciativa resultou na criação de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que se fracionam em 169 metas. Eles preencheram as lacunas do ODM e aumentam as ambições de abrangência dos pactos anteriores, para incluir todas as pessoas do mundo nos objetivos

almejados. Os ODS são o “núcleo” da Agenda 2030 e devem ser considerados em conjunto, sendo indissociáveis e indivisíveis.

As ações necessárias para a consecução dessas metas foram pormenorizadamente detalhadas, diferentemente das iniciativas pregressas. A elaboração da Agenda 2030 foi projetada para oferecer metodologia clara e objetiva para a obtenção dos objetivos, com potencial de ser implementada por países, empresas e sociedade, com cada segmento adotando as práticas que mais lhe fazem sentido.

A Agenda 2030 pactua metas globais de desenvolvimento sustentável regido pelas três dimensões essenciais do conceito de desenvolvimento sustentável (social, ambiental e econômico) até o ano de 2030 para enfrentar os problemas em conjunto, o que não foi possibilitado pelos pactos anteriores.

- **Conceito passou a englobar dimensões econômica, social e ambiental**

Com a Agenda 2030, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a incluir as dimensões do crescimento econômico, da inclusão social e da proteção ao meio ambiente. Mas, ainda que seja sustentada pelas três dimensões desse conceito, o principal desafio da Agenda 2030 é erradicar a pobreza. Esse é o mais importante dos ODS, figurando no Objetivo número um.

Ou seja, ao priorizar a erradicação da fome, a Agenda 2030 dá sequência à opção prioritária feita pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), pactuado anos antes. O motivo é simples: a pobreza é a maior das chagas da humanidade.

Se o ODS 1 for conquistado, poderemos ser a primeira geração do mundo a erradicar a pobreza extrema em âmbito global! Isso é fantástico!

Mas isso não significa que as demais dimensões do conceito não sejam importantes. Deve haver uma interconexão entre os ODS, porque, a depender das circunstâncias, a observância de um ODS pode se chocar com outro, alguns têm caráter transversal e outros são estruturantes.

Além disso, grande parte das 169 metas está ligada a mais de um ODS. É preciso conhecer a Agenda 2030 a fundo para que ela seja agregada aos objetivos estratégicos das organizações, sejam públicas ou privadas. Conheça os objetivos e metas ODS clicando [AQUI](#).

- **ODS, as empresas e a FOCO Inteligência**

Como se vê, a ligação das empresas com a Agenda 2030 é possível em todos os ODS, seja porque estão ligados pela adoção de metas que contribuem para construção de reputação e de legitimidade social, seja porque a aderência às metas faz parte do processo de competição empresarial que envolve inovação tecnológica ou, simplesmente, seja porque as empresas precisam de um planeta em pé, com pessoas vivas, para conseguirem executar suas operações!

O investimento privado, ao lado do Estado, é um dos grandes incentivadores do crescimento econômico, do aumento da produtividade e da criação de empregos. O setor privado tem grande potencial de influir nas práticas de desenvolvimento sustentável junto às suas comunidades de relacionamento e de adotá-las, bastando para isso elencar prioridades e estabelecer conexões entre planejamento empresarial e indicadores dos ODS escolhidos.

O setor privado é diverso, e vai desde as microempresas às multinacionais. Mas não importa o porte, todas as empresas podem aderir às práticas de desenvolvimento sustentável e construir seus planejamentos estratégicos considerando as metas elencadas pela Agenda 2030.

O setor financeiro é a última fronteira para o avanço do desenvolvimento sustentável. As exigências são cada vez maiores para que os lucros sejam obtidos preservando os resultados sociais e ambientais.

Cabe ao mercado mudar seus paradigmas, assumir responsabilidades e aproveitar o momento de oportunidades para fazer uma gestão de relacionamento com comunidade aderente e assertiva e, com isso, fortalecer a reputação, evoluir com uma agenda positiva e proativa de comunicação e diálogo social e reforçar o alcance e o engajamento com foco no território de atuação das empresas.

A Foco Inteligência de Relacionamento é uma consultoria especializada na comunicação e relacionamento entre marcas e comunidades, situada em Belo Horizonte, Minas Gerais, com atuação em todo território nacional. Contribuímos com os negócios das empresas por meio da realização de pesquisas avaliativas, diagnósticos e cadastros socioeconômicos que servem de base para a proposição de estratégias de comunicação, mobilização e relacionamento com comunidades, sempre alinhada com as melhores práticas e diretrizes nacionais e internacionais.

Analisamos os cenários para compreendermos a origem dos conflitos e das tensões, **passamos ao outro lado do balcão** para sabermos como esse outro lado pensa e comunica, se articula e age. A partir daí oferecemos as seguintes soluções:

- Estudos, Diagnósticos e Análises de Comunidades;
- Planejamento e Estratégia
- Sistematização da Comunicação e Relacionamento com Comunidades;

É assim que assumimos nossa responsabilidade dentro do processo de transformação e avanços pelos quais a sociedade está passando e contribuímos para os negócios das empresas. Conte com a gente!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ONU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Integrando a Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Curso EAD. Carga horária: 12 horas. Organização das Nações Unidas: Belo Horizonte, 2023. Disponível em <https://cursoagenda2030.com.br/> .

- ZADEK, S. **A Rota de Responsabilidade Empresarial**. Harvard Business Review Brasil, 2005.